



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE 2026 (Do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança)

Requer a realização de audiência pública para debater a soberania mineral e industrial brasileira e a cadeia estratégica dos elementos de terras raras.

Senhora Presidente,

Requeiro a realização de audiência pública para debater a soberania mineral e industrial brasileira e a cadeia estratégica dos elementos de terras raras, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III, 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Deverão ser convidados para participar da Audiência Pública os seguintes representantes:

1. Representante do Ministério da Defesa;
2. Representante do Exército Brasileiro;
3. Representante da Agência Nacional de Mineração (ANM);
4. Representante do Serviço Geológico do Brasil (SGB);
5. Representante da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE); e
6. Representante do Centro de Estudos Estratégicos da Iniciativa DEX.

JUSTIFICATIVA





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

Nas últimas décadas, os elementos de terras raras passaram a ocupar papel central na geopolítica contemporânea e na própria capacidade de defesa das nações, em razão de sua aplicação em tecnologias críticas, sistemas militares avançados e cadeias industriais estratégicas. Trata-se de insumos indispensáveis a sistemas de defesa aérea, radares, guerra eletrônica, satélites, comunicações estratégicas e equipamentos de alta precisão. Em um cenário internacional marcado pela disputa por cadeias produtivas estratégicas, dependência externa e pressões crescentes sobre recursos minerais, o Brasil não pode continuar tratando esse tema como mera questão comercial ou ambiental, quando ele diz respeito, em essência, à soberania nacional.

O debate torna-se ainda mais urgente diante das vulnerabilidades já identificadas nas capacidades aéreas e tecnológicas brasileiras, que evidenciam a necessidade de uma política estruturante voltada à autonomia mineral-industrial do País. Elementos como neodímio, disprósio e praseodímio são fundamentais para a fabricação de ímãs permanentes de alto desempenho, empregados em servomotores, antenas phased array, radares de alta precisão, drones militares, sensores térmicos, sistemas de visão noturna e comunicadores táticos criptografados. Sem domínio sobre essa cadeia, o Brasil corre o risco de permanecer dependente de fornecedores externos justamente nos setores mais sensíveis à defesa, à segurança e à preservação de sua capacidade dissuasória.

Nesse contexto, é necessário que esta Comissão promova um debate sobre o papel estratégico das Terras Raras no fortalecimento da Base Industrial de Defesa, na proteção das cadeias críticas e na formulação de uma política nacional voltada à soberania tecnológica e produtiva. Não basta ao Brasil possuir reservas minerais relevantes, antes, é preciso discutir como transformar essa riqueza em poder nacional efetivo, com desenvolvimento industrial, segurança de suprimento e independência estratégica.

Por fim, há vários projetos de lei sobre o tema terras raras tramitando na Câmara dos Deputados, dentre eles o PL 2780/2024, que “institui a Política





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral”, e outros apensados. O debate também poderá se debruçar sobre estes textos, com sugestões de aprimoramentos, dentre outros.

Diante disso, considerando a relevância do tema, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de abril de 2026.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA
PL/SP

